

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: NAZARÉ E MARINHA GRANDE

AGENDA 21 LOCAL DA NAZARÉ *

*Paula Oliveira ***

*Raul Jorge ****

Sumário

A Agenda 21 Local do município da Nazaré exemplifica a elaboração do percurso de um concelho atlântico, agrícola e industrial mas não menos piscatório e turístico no sentido do desenvolvimento sustentável de base local. Um concelho, onde o mar é o mais importante recurso natural: dele vive a comunidade de pescadores, nele assenta a indústria turística local, nele radicam a cultura e as tradições da Vila da Nazaré e nele o município encontra a sua marca identitária. A componente Mar foi objecto de particular atenção no seio da Agenda 21 Local, relevando a relação estreita entre o mar e todas as actividades socioeconómicas, num contexto de transversalidade: activo crítico do desenvolvimento sustentável, factor ambiental por excelência, pleno de desafios e oportunidades à espera de serem aproveitados (aquacultura; construção e reparação naval; turismo, lazer e cultura, incluindo

* Este artigo constitui uma síntese da Agenda 21 Local do Concelho da Nazaré, realizada pela IPI Consulting Network Portugal (www.ipiconsultingnetwork.com) e concluída em 2005.

Fizeram parte da equipa:

- Coordenador: Raul Jorge.
- Comissão Consultiva: Carminda Cavaco, José de Almeida Serra.
- Consultores especialistas: Ana Paula Teixeira Martinho, João Boléo Tomé, João Vila Lobos, Paula Oliveira, Sandra Caeiro, Sónia de Sousa, Tomás Barros Ramos, Fernando Costa.
- Assistentes de investigação: Ana Maria Lopes, Inês Alves, Inês Gonçalves Pereira, Isabel Silva e Rui Subtil.

** Advogada.

*** Professor Associado do Instituto Superior de Agronomia/UTL.

o património cultural subaquático; ciência e tecnologia); outras dimensões não captadas pelos indicadores económicos convencionais, como serviços prestados à sociedade não objecto de transacção de mercado mas com impacto significativo sobre o bem-estar da comunidade (por exemplo, as actividades de recreio, como ir à praia, o valor do cenário que a costa oferece...). No contexto concreto dos recursos, potencialidades e fragilidades respectivos, o percurso de desenvolvimento sustentável do município da Nazaré deve orientar-se para a valorização do mar como factor de identidade, imagem e especialização do desenvolvimento, valorizando e qualificando o ambiente, recuperando a identidade urbana, assegurando um futuro turístico para a Vila e para o concelho e sustentando a diversidade da sua base económica.

Summary

The Local Agenda 21 in the municipality of Nazaré exemplifies the path of an Atlantic, agricultural and industrial borough that is also characterised by fishing and tourism, from the point of view of locally based sustainable development. It is a place where the sea is its most important natural resource. The fishing community lives off it, the local tourist industry depends on it and the culture and traditions of the town of Nazaré are rooted in it and the municipality takes its identity from it. The sea component received particular attention in the Local Agenda 21, demonstrating the close relationship between the sea and all socioeconomic activities throughout the area. It is a critical asset for sustainable development, an environmental factor par excellence, full of challenges and opportunities that are there for the taking (aquaculture, shipbuilding and repairs, tourism, leisure, culture, including the underwater cultural heritage, science and technology). There are other dimensions not covered by conventional economic indicators, such as services to society that are not the subject of market transactions but have a significant impact on the community's wellbeing (such as recreational activities like going to the beach and the value of the coastal landscape). In the concrete context of resources, potential and fragilities, sustainable development in the municipality of Nazaré should aim at valuing the sea as a factor of identity, image and specialisation of development, enhancing the environment, restoring the town's identity, guaranteeing the future of tourism in the town and municipality and sustaining the diversity of its economic base.

1. Nazaré, um concelho atlântico

Situado na parte ocidental do distrito de Leiria, entre o Oceano Atlântico e o concelho contíguo de Alcobaça (o único com que faz fronteira), o concelho da Nazaré tem 81,5 km² e é constituído por três freguesias: Famalicão, onde predomina a agricultura; Nazaré, orientada para o turismo e actividades com ele ligadas (restauração, alojamento e comércio); Valado dos Frades, essencialmente agrícola e industrial. O mar é indubitavelmente o mais importante recurso natural: dele vive a comunidade de pescadores do concelho, nele assenta a indústria turística local, nele radicam a cultura e as tradições da Vila da Nazaré e nele o município encontra a sua marca identitária. A componente Mar foi objecto de particular atenção no seio da Agenda 21 Local, relevando a relação estreita entre o mar e todas as actividades socioeconómicas do Município, num contexto de transversalidade.

O mar é um activo crítico do desenvolvimento sustentável e um factor ambiental por excelência, pleno de desafios e oportunidades à espera de serem aproveitados: aquacultura; construção e reparação naval; turismo, lazer e cultura, incluindo o património cultural subaquático; ciência e tecnologia. Para além disso, tem ainda uma dimensão que não é captada pelos indicadores económicos convencionais, consubstanciada no valor dos serviços prestados à sociedade, os quais, embora não objecto de transacção de mercado, podem ter um impacto significativo sobre o bem-estar da comunidade (por exemplo, as actividades de recreio, como ir à praia, o valor do cenário que a costa oferece...). No contexto concreto dos recursos, potencialidades e fragilidades respectivos, o percurso de desenvolvimento sustentável do município deve orientar-se para a valorização do mar como factor de identidade, imagem e especialização do desenvolvimento, valorizando e qualificando o ambiente, recuperando a identidade urbana, assegurando um futuro turístico para a Vila e para o concelho e sustentando a diversidade da sua base económica. Da Agenda 21 Local do Município da Nazaré retomamos aqui, de forma sumária, as suas grandes linhas de desenvolvimento sustentável, com os correspondentes programas e linhas de acção.

2. O ambiente na Agenda 21 Local da Nazaré

A gestão ambiental em níveis de qualidade implica desenvolver uma política de ordenamento do território que considere a paisagem, os recur-

tos naturais e a protecção e aumento da biodiversidade como elementos estruturantes dos objectivos operacionais de desenvolvimento sustentável. Implica, também, a aplicação das estratégias temáticas orientadas para prioridades ambientais específicas, por exemplo o solo, a qualidade do ar, os recursos hídricos, o meio urbano e a reciclagem de resíduos.

A valorização e qualificação do ambiente supõe uma gestão adequada e integrada dos recursos existentes, tendo em vista salvaguardar a integridade do ecossistema no médio e longo prazo, implicando gerir o recurso água não marítimo de forma integrada, tendo em vista:

- Garantir a correcta implementação e funcionamento do novo sistema de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, cuja gestão em alta estará a cargo da empresa Águas do Oeste.
- Promover a utilização racional da água, através de campanhas de sensibilização, informação e formação, em colaboração com os serviços regionais competentes do Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, as organizações não governamentais da área do ambiente e os agentes económicos, nomeadamente os operadores turísticos, de forma a diminuir o consumo de água *per capita*.
- Cumprir, e posteriormente fazer cumprir à empresa Águas do Oeste, os requisitos legais estabelecidos para a gestão das Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) existentes no concelho (incluindo a ETAR de Alcobaça por receber efluentes do concelho da Nazaré), de modo a diminuir os impactes no meio receptor dos respectivos efluentes tratados.
- Garantir a total separação dos sistemas de drenagem de águas residuais e pluviais.
- Minimizar e extinguir os focos de poluição causadores de diminuição da qualidade dos recursos hídricos do concelho.
- Limpar, proteger e valorizar as margens dos cursos de água, através de identificação e controlo das fontes geradoras de descargas; limpeza das margens; controlo sobre despejos ilegais de lixo e entulhos; criação de percursos pedonais e outras infra-estruturas de recreio e lazer, como sejam miradouros, parques de merendas, esplanadas...

O concelho da Nazaré apresenta um potencial elevado face à biodiversidade e aos valores naturais do meio aquático e as áreas adjacentes, como os sistemas dunares, as arribas, as zonas húmidas. A linha de costa está, de um modo geral, razoavelmente conservada e com níveis de poluição relativamente reduzidos, merecendo especial referência a grande riqueza, em termos de valores faunísticos e florísticos, dos ecossistemas costeiros e marinhos. Importa, pois:

- Preservar a biodiversidade dos ecossistemas costeiros evitando a destruição dos *habitats*, a poluição e a sobre-exploração dos recursos, nomeadamente através de implementação e monitorização dos recifes artificiais; levantamento das espécies existentes nas arribas e dunas, permitindo com o conhecimento adquirido, um uso sustentável desses recursos biológicos; implementação de medidas de protecção e monitorização das arribas e dunas; reabilitação e restauro de ecossistemas danificados (arribas e dunas) e recuperação de espécies ameaçadas; estudo e observação do grupo de golfinhos que se encontra ao largo da Nazaré; implementação de medidas de protecção contra a erosão costeira; manutenção ou recuperação de populações de espécies marinhas em níveis de sustentabilidade ambiental e económica; adopção de um programa municipal para o uso sustentável dos recursos vivos marinhos, levando em consideração as necessidades especiais e os interesses dos pescadores artesanais e da comunidade local da Nazaré.
- Melhorar o controlo da poluição ao largo da Nazaré, mediante a redução, ou mesmo eliminação, da utilização de tintas anti-vegetativas de forma a diminuir a poluição das águas costeiras provocada por compostos organoestânicos (TBT); estabelecimento no porto de pesca de sistemas de recolha de óleos, resíduos químicos e outros provenientes dos barcos, em áreas especiais do porto; implementação no porto de pesca de um sistema de gestão ambiental (SGA).

A valorização do mar como recurso supõe uma governação sustentável, numa perspectiva integrada, inter-sectorial, multidisciplinar e abrangente, que vise conservar um meio marinho saudável, mantendo a quantidade e a diversidade das formas de vida que ele encerra, incluindo

as unidades populacionais de peixes. A redução acelerada da biodiversidade marinha devido, nomeadamente, à poluição e à sobrepesca implica a adopção de medidas de gestão sustentável, que assegurem a exploração a uma velocidade não superior à taxa de renovação do recurso, garantindo, simultaneamente, o máximo proveito económico, social e ambiental, actual e futuro. A gestão dos recursos piscatórios, visando a exploração a uma velocidade não superior à taxa de renovação, deve promover o acesso e a divulgação de informação científica relacionada com a actividade das pescas, nomeadamente utilização de técnicas amigas do ambiente e que não degradem os recursos naturais, como forma de inspirar comportamentos, atitudes e decisões condicionadoras da actividade; deve incrementar a fiscalização sobre as actividades piscatórias, nomeadamente a vigilância da pesca desportiva; e reforçar a implementação dos recifes artificiais como instrumento de regeneração dos “stocks” marinhos.

Na valorização e qualificação do ambiente são essenciais os cuidados com a água, os resíduos, os solos, o ruído, a energia utilizada, bem como com a natureza e a ecologia, apoiados num processo continuado de educação ambiental.

Tendo em conta a situação existente, a melhoria da gestão dos resíduos a nível concelhio deve mobilizar a atenção da autarquia, das empresas e dos cidadãos. Com efeito, importa gerir os resíduos de forma integrada, visando o seu correcto escoamento e tratamento, dando-lhes o destino ambientalmente mais correcto, isto é, desenvolvendo uma gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos e industriais contemplando triagem, recolha, transporte, reutilização, reciclagem e destino final, garantindo também o correcto reencaminhamento dos resíduos sólidos industriais produzidos no concelho. Simultaneamente, é necessário estabelecer um plano de recolha de resíduos eficaz, que permita melhorar a limpeza e higiene das ruas e dos contentores, criar programas de limpeza de matas e baldios que tenham sido alvo de descargas clandestinas de lixo e entulhos e aprovar um regulamento municipal de gestão dos resíduos sólidos produzidos com penalizações para os incumpridores. Estes procedimentos devem ser apoiados pela introdução de boas práticas ambientais, a minimização dos focos de poluição, de forma a promover a diminuição da produção de resíduos e a separação dos resíduos sólidos urbanos, através de campanhas de sensibilização e informação em colaboração com os serviços regionais competentes do Ministério do Ambiente do Ordena-

mento do Território e do Desenvolvimento Regional, as organizações não governamentais da área do ambiente e os agentes económicos.

Tendo em conta a importância estratégica dos oceanos e das zonas costeiras como valia energética, a optimização do uso de energia, diversificando as fontes através da exploração das energias alternativas constitui uma prática de gestão ambiental com relevância económica alargada. Nesse sentido, importa promover a utilização racional da energia, através de campanhas de sensibilização e informação em colaboração com os serviços regionais competentes do Ministério da Economia e do Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e organizações não governamentais da área do ambiente; informar e sensibilizar os agentes produtivos e a população para as vantagens da utilização de energias renováveis (condições climatéricas favoráveis, custos); identificar e aproveitar as oportunidades de utilização de energias renováveis em instalações da Câmara Municipal e outras entidades públicas; minimizar o consumo de energia eléctrica, na rede de iluminação pública recorrendo à utilização de lâmpadas de menor consumo energético; promover a produção de energia a partir de fontes renováveis e a utilização de energias limpas, que não apresentam impactes negativos para o ambiente.

Mas importa também avaliar o potencial energético, e a respectiva viabilidade técnico-económica, da região costeira onde se insere o concelho da Nazaré, de produção de energia eólica – parques eólicos *onshore* e *offshore* –, com especial atenção para o potencial eólico *offshore*, atendendo à evolução que esta tecnologia tem conhecido à escala internacional, de energia das ondas ou agitação marítima, e das correntes oceânicas, avaliando paralelamente os impactes ambientais dos planos, programas e respectivos projectos que venham a ser concretizados no âmbito da exploração de energias renováveis na zona costeira da Nazaré.

A melhoria das relações de sustentabilidade ambiental, em que se traduz a valorização e qualificação do ambiente, deve assentar em mais e melhor conhecimento, na adopção de novas atitudes e comportamentos, na motivação e no compromisso para trabalhar, individual e colectivamente, em busca de soluções para os problemas ambientais existentes e para prevenir novos problemas. Para tanto, importa elaborar um programa de sensibilização, a desenvolver numa parceria público-privada alargada, envolvendo a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, as associações empresariais e outros agentes económicos, sociais e cultu-

rais, orientado para o relacionamento dos cidadãos (população em geral, principais actores-chave, escolas) com o património natural e construído, a ser concretizado no início da época baixa, e compreendendo, nomeadamente acções de informação ambiental, promovendo uma ética comportamental ambiental de respeito pelo mar, enformada pelos princípios da precaução, da sustentabilidade e da protecção da biodiversidade. Deve abranger a valorização dos recursos naturais (mar, água, floresta, paisagem), a protecção da biodiversidade da zona costeira, nomeadamente as arribas e dunas, a qualidade das praias, não só em termos de qualidade ambiental da água e da areia, mas também das infra-estruturas, a valorização do “peixe da Nazaré”, incluindo a tradição da pesca artesanal, a importância das energias alternativas (como a eólica e a das ondas) face à actual economia do carbono e a relevância da incorporação de práticas de gestão ambiental na conservação, recuperação e construção de habitação.

A concretização de um programa de educação ambiental centrado na qualidade de vida, enquanto sentimento de bem-estar e satisfação resultante da envolvente externa, deve assentar em 6 pilares fundamentais: consciencialização, conhecimentos, atitudes, aptidões, capacidade de evolução e participação. Tal programa pressupõe a recolha de informação sobre as diferentes vertentes ambientais, com especial atenção ao recurso mar; debates, workshops, palestras, conferências... sobre o ambiente local; utilização de meios de comunicação (jornais, revistas, folhetos, placares publicitários, programas de rádio...), para divulgação, consciencialização e transmissão de conhecimentos aos cidadãos locais e visitantes; realização de experiências, visitas de estudo e itinerários de valorização e conhecimento ambiental; simulações de reacção a situações de perigo para os diversos factores ambientais, em escolas e outros locais de congregação de pessoas; utilização de materiais diversos apelativos e relacionados com o ambiente local como veículo de transmissão de informação e conhecimentos; e por fim, a realização de acções de formação de protecção do ambiente, bem como a mobilização das escolas para a participação em acções promovidas pela União Europeia na área do ambiente e o intercâmbio de jovens.

Paralelamente, deve ser estimulada a avaliação periódica da execução de projectos de educação ambiental, incorporando a utilização e qualidade dos recursos humanos e físicos, das actividades práticas, dos materiais relacionados, e a participação, aquisição de conhecimentos, mudança de atitudes, comportamentos e desenvolvimento do sentido de responsabilidade das pessoas envolvidas.

3. Ambiente construído e sustentabilidade

Num processo que vise restaurar e manter a harmonia entre o ambiente natural e o ambiente construído, a aplicação dos princípios de desenvolvimento sustentável ao planeamento, projecto e construção de edifícios e infra-estruturas permite criar, ao mesmo tempo, aglomerados urbanos que reforcem a dignidade humana e a qualidade de vida, promovam a saúde e bem-estar, gerem riqueza e qualidade visual. Tudo isto sem esquecer que, na Nazaré, a identidade urbana está intrinsecamente ligada ao mar, pela positiva ou pela negativa, continuando à espera de uma reconstrução conciliada e pacificada de imaginários. As ligações com os transportes, segurança, educação, saúde e entretenimento são questões que, neste contexto, merecem obrigatoriamente destaque na definição de políticas de ordenamento e gestão do território e na execução de projectos.

O desenvolvimento das zonas costeiras acarreta inevitavelmente pressões sobre o espaço e o ambiente e, por isso, planear o desenvolvimento é, sobretudo, avaliar o impacto na qualidade de vida da comunidade, a fim de obter um resultado sustentável. Neste contexto, é essencial proteger e valorizar a originalidade da zona litoral, em especial da Vila, organizando e qualificando o espaço. É cada vez mais premente a necessidade de desenvolver uma nova política habitacional para as áreas urbanas, que permita a requalificação das periferias e das zonas degradadas, a reabilitação do parque urbano, recuperando o conceito de “centro” como pólo aglutinador de serviços e usos diversos. Importa, assim, apostar no património edificado, focalizando o investimento público e privado na recuperação, reabilitação e requalificação do tecido urbano e edificado existente, preservando a identificação própria do aglomerado e, para tanto:

- Desenvolver um processo contínuo de valorização do património construído e dos centros históricos que estimule e privilegie os processos de recuperação, requalificação e reabilitação do edificado: inventariação e caracterização do património edificado e definição dos limites dos centros históricos, para o desenvolvimento posterior de “Planos de Salvaguarda”; definição dos usos adequados para as áreas históricas, potenciando a sua inter-relação (habitação, comércio, serviços públicos e privados); utilização

do património construído para a realização de eventos culturais e para a ocupação com equipamentos públicos; apoio à recuperação dos edifícios do centro pela população mais jovem, quer por meio de incentivos municipais, quer por programas de recuperação do edificado a custos controlados; atribuição de um “Prémio Municipal de Arquitectura que valorize os projectos de recuperação e reabilitação.

- Mobilizar uma estrutura Municipal que integre técnicos exclusivamente vocacionados para o estudo, análise e acompanhamento de projectos e obras nos centros históricos, e edifícios ou conjuntos urbanos considerados relevantes: identificação dos elementos e características comuns definidores da identidade urbana das zonas históricas, para o desenvolvimento de “Regulamentos e Condicionantes” nessas áreas; valorização da apreciação técnica orientada também para os detalhes arquitectónicos e construtivos relevantes no processo de licenciamento; apoio técnico a pequenas intervenções no edificado dos centros históricos, elaborando pareceres e projectos pontuais, acompanhando e fiscalizando periodicamente as obras.
- Promover a formação adequada e contínua dos técnicos municipais e fiscais de obra, e a sensibilização, informação e formação dos cidadãos para a necessidade da preservação da identidade urbana: utilização dos meios de comunicação disponíveis para a divulgação dos critérios adoptados para processos de recuperação e reabilitação do património e áreas históricas; publicação de um “Manual de Intervenção”, disponibilizado aos cidadãos e aos agentes económicos relacionados com o sector da construção civil, que contenha as regras e condicionantes básicas a ter em atenção na execução de pequenas intervenções no edificado; priorização dos critérios de fiscalização das obras, assegurando a qualidade final e a sustentabilidade ambiental da construção; canalização da procura turística de apartamentos e residências secundárias para a renovação do edificado, premiando esta face ao novo, contrariando a expansão urbana em mancha, muito dispendiosa e pouco geradora de empregos.

Uma concepção urbana sustentável, que promova a qualidade de vida, tem de definir uma política de ocupação e gestão que humanize o

espaço público, potenciando as actividades de lazer e recreio, e a relação entre os cidadãos e a urbe, capaz de reter o turista nos seus lazeres. Nesta medida, pode servir como alavanca para uma melhor qualidade de vida, exigindo atitudes cada vez mais racionais, que não desvalorizem a riqueza natural e construída, e muito menos desbaratem as qualidades e identidade própria dos aglomerados. A valorização da localização e da identificação do espaço público afigura-se essencial e, nessa medida, importa:

- Desenvolver um programa de requalificação urbana que valorize a relação entre a marginal, a praia, a malha urbana e a futura marina de recreio, promovendo a ampliação da área pedonal e dos espaços de lazer nos centros históricos: realização de um concurso de ideias para a “valorização da Marginal”, reabilitando-a como espaço público no prolongamento da praia, com definição municipal das pretensões e condicionantes; definição de um modelo construtivo para utilização como apoio de praia, que permita a polivalência de usos – bar, restaurante, esplanada; criação na praia de infra-estruturas de apoio adequadas: caixotes do lixo, instalações sanitárias, limpeza de areias...; criação e infra-estruturação de novos espaços verdes, de apoio ao recreio e ao lazer; hierarquização e requalificação das áreas de circulação pedonal, demarcando-as das destinadas à circulação automóvel, utilizando materiais tradicionais na pavimentação das áreas pedonais; definição de percursos pedonais de ligação entre as principais áreas de interesse turístico, espaços de lazer e de referência, dotando-os de sinalética própria; eliminação da circulação automóvel da Praça Sousa Oliveira, ampliando-a até à Marginal e, numa segunda fase, alargamento deste conceito à estrutura urbana da envolvente; disciplina do estacionamento e da ocupação, com usos não adequados, dos espaços existentes; definição de um modelo adequado para a iluminação dos edifícios relevantes, espaços e vias públicas que consolide a identidade comum; aprovação de um “Regulamento Municipal” para sinalética, mobiliário e equipamento urbano, evitando a arbitrariedade da escolha; reorganização da estrutura viária nos miradouros do Sítio e Pederneira, requalificando o espaço existente e regrando a sua ocupação; Condicionamento das cargas / descargas (e os meios utilizados) nos centros históricos, principalmente na época turística e nos fins-de-semana.

- Elaborar um “Plano de Salvaguarda que garanta a valorização das vistas panorâmicas no Sítio e na Pederneira, regulamentando as intervenções no tecido urbano e no edificado: revalorização do Sítio com a sua riqueza patrimonial, material e lendária, como espaço público nobre, de visitação, descoberta, contemplação, encontro e permanência (fachadas, esplanadas, restauração, comércio de qualidade, sem trânsito perturbador); revalorização da Pederneira: património, descoberta e contemplação da paisagem; definição de soluções alternativas que possibilitem a remoção das antenas e outros elementos dissonantes, existentes na cobertura dos edifícios do centro; aplicação de maior rigor e qualificação da apreciação técnica dos modelos, formas, materiais e outros elementos previstos para a cobertura dos edifícios, nos processos de licenciamento.

A recuperação da identidade urbana da Nazaré passa, também e necessariamente, pela reorientação do planeamento e gestão urbanísticos, tendo em vista:

- Aproveitar o processo de revisão do Plano Director Municipal para definir uma política urbanística que incentive a consolidação e requalificação da malha existente, mantendo o seu carácter distintivo, tradicional e histórico como vila piscatória: hierarquização da estrutura urbana em anéis de desenvolvimento, dando prioridade à requalificação urbana do centro e ao preenchimento dos vazios entre este e a periferia; promoção da coesão da estrutura urbana, da melhoria da mobilidade e da interligação de usos e funções; reorientação do Plano Director para o enriquecimento da qualidade de vida e para a sustentabilidade económica do Município, consumindo menos recursos e reduzindo custos de manutenção; dissuasão da expansão das novas áreas urbanizadas e da oferta de espaços e de habitações novas que não respondam às necessidades da população residente; reorientação da política de construção para a reabilitação urbana, com reocupação residencial permanente dos núcleos da Vila.
- Desenvolver uma dinâmica municipal de planeamento e gestão que promova a preservação da identidade, estimulando a conservação e a qualidade final do edificado, a utilização de materiais

tradicionais e ambientalmente adequados: reavaliação do sistema de taxas municipais, beneficiando os processos que visem a recuperação do edificado, com localização em áreas consideradas estratégicas, ou que utilizem tecnologias passivas economizadoras de energia (contribuição autárquica, licenças de construção, de ocupação da via pública, etc.); criação de um sistema de incentivos técnicos e financeiros para os processos de reabilitação e recuperação de património, e para projectos considerados estruturantes; execução de planos simplificados que permitam regulamentar de forma célere as regras e condicionantes para a execução dos processos de intervenção nas áreas urbanas estratégicas (Planos de salvaguarda, Regulamentos municipais, etc.).

- Desenvolver uma rede de pontos focais para a gestão costeira de forma a facilitar a articulação institucional, permitindo apoiar as componentes de apoio à decisão, avaliação, monitorização e comunicação dos principais indicadores ambientais, económicos e sociais.

4. A Nazaré como destino turístico

O turismo corresponde a uma prática que se democratiza e massifica nas sociedades ocidentais e que nos destinos se revela transversal a muitas actividades. Funciona como um importante motor do desenvolvimento económico e da criação de empregos, directos e indirectos: consumos de bens e de serviços, remunerados com proveitos originados nas áreas de proveniência dos turistas, na estreita dependência das suas disponibilidades monetárias, apetências consumistas, modos de viver as férias, práticas de lazer, duração das permanências e formas de alojamento utilizadas. Ao mesmo tempo que o turismo se massifica, os comportamentos das procuras tornam-se mais diversificados e incertos: os turistas de hoje são cada vez mais infiéis aos hábitos de férias e aos destinos, pela conjugação de novas motivações, valores, mobilidades e oportunidades de ofertas concorrenciais. Por outro lado, os turistas de hoje, e mais ainda os de amanhã, apresentam padrões de exigência crescentes, na medida em que acumulam conhecimentos e experiências de férias múltiplas e variadas.

Importa salvaguardar um futuro para o turismo da Nazaré, numa altura em que os sectores tradicionais da base económica municipal se

fragilizam e mesmo sucumbem, atraindo outras clientelas, com outras motivações, outros níveis económicos e outros padrões de consumo, reduzindo a sazonalidade, diminuindo os congestionamentos de fim-de-semana e estivais, alargando as taxas de ocupação dos equipamentos, aumentando a duração das permanências e densificando os seus efeitos positivos na economia e sociedade locais. Esta intervenção deve assentar no desenvolvimento de uma ligação genuína entre a indústria do turismo e o mar, concebendo e desenvolvendo produtos turísticos complementares, abrangendo nomeadamente a náutica de recreio, as actividades marítimo-turísticas e as actividades de lazer ligadas ao mar.

A diversificação dos produtos e serviços turísticos, oferecendo aos turistas a oportunidade de desfrutarem de locais de interesse cultural e natural situados no litoral ou no *binterland* rural ou urbano, bem como de uma variedade de atracções ligadas ao mar (observação dos mamíferos marinhos, mergulho e arqueologia subaquática, actividades desportivas) apresenta inúmeras vantagens, designadamente menor pressão nas praias, fontes alternativas de rendimento para antigos pescadores e criação de novas actividades destinadas a apoiar a preservação e o desenvolvimento do património local. É, também, um factor de prolongamento da estação turística, gerando mais crescimento e emprego e reduzindo o impacto ambiental, económico e social decorrente da concentração do turismo num pequeno número de meses do ano.

A Nazaré pode contar, para a sua afirmação regional e nacional como destino turístico, com uma grande melhoria das acessibilidades externas. No entanto, o processo de sustentabilidade futura do turismo adivinha-se difícil, perante as tendências de estagnação dos rendimentos familiares e de aumento dos preços dos combustíveis, os quais terão inevitavelmente impactos significativos em destinos muito dependentes da mobilidade das famílias com automóvel e de visitantes estrangeiros recorrendo ao aluguer de automóvel sem condutor junto das empresas de rent-a-car; um pouco menos no que concerne aos fluxos turísticos distantes e organizados, segundo pacotes e grupos, por operadores e com recurso a alojamento hoteleiro, e sobretudo ao excursionismo.

Neste enquadramento, assegurar um futuro turístico para a Vila e para o concelho implica:

- Requalificar a oferta turística, visando: qualificar a oferta de alojamento turístico, de acordo com as expectativas do mercado,

nomeadamente através de desenvolvimento e qualificação da hotelaria convencional, abrangendo qualidade do alojamento, de acordo com a classificação oficial; animação, através da possibilidade de participação dos clientes em eventos – festas, exposições, tourada –, em actividades diversas, nomeadamente relacionadas com o mar – pesca desportiva, mergulho – e em circuitos de visitas históricas e culturais, locais e regionais; reforço dos serviços disponibilizados aos clientes, ao nível da informação turística local e regional, da informação ambiental, social e cultural do Município, por exemplo identificação e informação sobre locais preferenciais para realizar caminhadas junto à zona costeira; implementação de Sistemas de Gestão Ambiental ECO-HOTEL; apoio à criação de unidades de turismo em espaço rural; redução, normalização e oficialização da oferta particular de alojamento com fins turísticos, através de acreditação da “Associação de Proprietários de Alojamento Turístico” como única central de reservas de alojamento particular, à qual incumbe especificamente classificar e qualificar esta oferta, à semelhança das ofertas de turismo rural, atendendo à dimensão dos quartos, existência de janelas, tipo de mobiliário e decoração, casas de banho e outros espaços disponibilizados e partilhados, diversidade e tipificação dos serviços prestados; estabelecer um contrato-tipo de aluguer, preciso e claro para ambas as partes; criar uma rede de postos devidamente equipados (espaços e meios de recepção e funcionamento) que assegurem o encontro da oferta e da procura, eliminando a pressão junto dos visitantes que circulam pela vila da oferta directa e «ambulante» de quartos, apartamentos e casas; promover a passagem obrigatória de facturas correspondentes aos montantes reais dos alugueres, desse modo acabando com concorrências desleais; informar o turista que o único alojamento particular legalizado é o comercializado pela Associação; promover a elaboração de um regulamento municipal sobre os requisitos e condições de instalação, exploração e funcionamento dos quartos particulares, visando a qualificação desta oferta; promover o congelamento da expansão do turismo residencial, que cruza com a de camas paralelas; promover um combate actuante ao campismo selvagem, em colaboração com as entidades fiscalizadoras competentes. Paralelamente, importa proceder à qualificação do sector da restau-

ração, nomeadamente através de melhoria do ambiente dos estabelecimentos, com apelo a factores de qualidade, distintivos da identidade local, utilização de materiais locais de qualidade e de utensílios de produção local ou regional (ex: loiça da Região); diversificação de produtos gastronómicos, designadamente com incorporação de produtos locais (ex: da agricultura biológica; pescado – peixe da Nazaré) e recuperação de ementas e receitas tradicionais; profissionalização dos serviços, em especial em matéria de hospitalidade e da justa relação preço/qualidade.

- Desenvolver um turismo de menor sazonalidade e de maior permanência, que passa por promover um conjunto de actividades marítimas e de motivações turísticas que, directa ou indirectamente, estejam relacionadas com o mar, abrangendo a Zona Costeira, nomeadamente o porto de abrigo e a marina, que importa desenvolver e afirmar numa parceria público-privada, associados à náutica de recreio; pela reabilitação dos «banhos quentes» tradicionais, primeira forma da talassoterapia como turismo de saúde e bem-estar; os passeios e actividades de aventura em áreas protegidas; a visita a fortificações marítimas e faróis; a observação de aves e mamíferos marinhos; a pesca de recreio, utilizando a pesca artesanal como actividade turística e de lazer; sem esquecer a diversificação das actividades desportivas relacionadas com o mar, desportos náuticos e mesmo de desportos de aventura e radicais (asa delta, parapente, surf e *bodyboard*, mergulho), rentabilizando a considerável oferta de equipamentos existente e os recursos naturais (ex: Reserva dos Salgados), nomeadamente através da promoção de acções de formação com devido acompanhamento técnico para monitores desportivos; de programas de férias desportivas, tirando partido das excelentes acessibilidades e proximidade a centros urbanos regional e nacionalmente relevantes; da organização de programas desportivos especificamente orientados para o mar; da organização periódica de eventos em colaboração com as federações nacionais das modalidades. Sem esquecer as actividades em profundidade, estimulando-se previamente a capacidade de sustentação do meio: mergulho subaquático (apneia e escafandro autónomo); caça submarina; turismo subaquático, ligado, nomeadamente, ao Canhão da Nazaré.

- Promover novos fluxos de turismos culturais, tirando partido da inserção geográfica do concelho nas rotas turísticas regionais e nacionais e da vizinhança com concelhos com património construído emblemático (ex: Alcobaça, Batalha), nomeadamente através da valorização dos diversos patrimónios locais, do edificado ao imaterial, apostando nos intangíveis constitutivos da cultura identitária local: turismo de cunho religioso (Lenda de Nossa Senhora da Nazaré; Círios; ligação da religiosidade popular e do mar); recuperação de tradições e de festas ajustada às novas realidades, valores e práticas; organização de programas culturais, devidamente calendarizados, de teatro, música ou dança, exposições, ou eventos de cariz etnográfico e antropológico, com base na reactivação de tradições locais, aproveitando a excelente oferta de equipamentos culturais do concelho; promoção dos museus existentes e valorização de outras referências culturais (ex: património classificado, edifícios de memória colectiva), nomeadamente através da elaboração e divulgação de informação adequada e da adaptação dos seus horários de funcionamento às necessidades dos turistas.
- Fomentar outros turismos: gastronómico, sobretudo em ligação com a pesca, a actividade tradicional e identitária da vila, e em particular com a pesca artesanal de espécies de grande qualidade e valor comercial; de natureza e rural/ecoturismo – mar, pinhal, campo, aldeias, paisagens com história –, fomentando a ligação da Vila de cariz piscatório com as áreas rurais do concelho.
- Melhorar os sistemas de informação e interpretação, promovendo a formação de guias locais, estimular a criação de produtos turísticos específicos fora da estação alta (v.g. orientados para o turismo sénior), no quadro de parcerias alojamento turístico/restauração/animação, assim como a qualificação dos serviços públicos de apoio, especificamente na área da saúde, de forma a atrair segmentos de turismo sénior, nacionais e estrangeiros.

O reforço e renovação da promoção da Nazaré como destino é um instrumento decisivo, que deve mobilizar novos canais de informação da oferta turística local, de alojamento, equipamentos de lazer e actividades de animação, nomeadamente com recurso às novas tecnologias, transmitindo uma imagem renovada, moderna e dinâmica, oferecendo produtos turísticos compósitos e integrados, de modo a alcançar e captar

clientelas mais jovens, com procuras de lazer mais diversificadas e desse modo menos sazonais e com maiores impactos positivos no destino, e fidelizando novas clientelas, directa ou indirectamente, pela sua satisfação quanto às experiências vividas.

5. Outras componentes da actividade económica do município: questões de sustentabilidade

A economia do município da Nazaré está longe de se esgotar no turismo de sol e praia: conta, ao invés, com uma actividade económica bastante diversificada, onde a pesca detém alguma representatividade e as actividades agrícola e florestal e industriais, sobretudo as ligadas às porcelana, faiança e madeiras, desempenham papéis não negligenciáveis em termos de emprego e de criação de riqueza. Como sublinhámos no início, a base económica de cada uma das freguesias é bastante distinta: a da Nazaré está essencialmente apoiada nas actividades directa e indirectamente relacionadas com o turismo; nas do Valado dos Frades e Famação a agricultura, floresta e indústria, com especial da porcelana, faiança e madeiras, assumem uma importância relevante.

O desenvolvimento sustentável de uma região deve assentar numa estrutura económica diversificada, tirando proveito dos recursos humanos, naturais e de conhecimento de que dispõe e oferecendo produtos e serviços de qualidade, diferenciados, inovadores e valorizados por uma clientela progressivamente mais exigente e sofisticada. Importa promover o desenvolvimento de actividades que, a par do turismo e em articulação com ele, assegurem a criação de riqueza e de emprego de forma sustentada e sustentável.

Agricultura. Ainda que muito marcada pelas ineficiências decorrentes da sua estrutura fundiária e empresarial, a agricultura possui inegáveis potencialidades de desenvolvimento. A localização em relação aos principais mercados de consumo oferece condições únicas para desenvolver uma agricultura competitiva e moderna. As condições edafo-climáticas para a produção horto-frutícola e a abundância de recursos hídricos, associadas a uma herança de boas práticas, constituem igualmente pontos fortes a valorizar no processo de modernização das infra-estruturas e dos sistemas de produção e comercialização agrícola que, a par do rejuvenescimento empresarial e de uma mais forte ligação ao

mercado, são a chave para consolidar esta actividade económica. Assim, importa:

- Fomentar a qualificação das empresas, promovendo o recurso aos incentivos ao investimento visando a melhoria das condições de produção, a inovação e adaptação tecnológica, a certificação de processos e a eficiência ambiental, assim como a formação dos recursos, a organização e gestão, a capacidade de inserção nos mercados e o próprio aumento da dimensão.
- Promover a instalação de jovens empresários, através de campanhas de informação e de divulgação dos instrumentos de apoio disponíveis, assim como dos mecanismos de acesso à terra e ao crédito.
- Valorizar e apoiar a comercialização dos produtos agrícolas regionais, em especial os de qualidade diferenciada e/ou reconhecida (agricultura biológica, protecção e produção integrada e com denominação de origem), nomeadamente junto dos turistas e visitantes do município, associando-os à gastronomia local, em colaboração com o sector da restauração; fora do concelho, promovendo o seu escoamento nos principais mercados de consumo nacionais, em particular associando-os a uma imagem de qualidade e de sustentabilidade ambiental; incentivando a interligação entre os agentes das fileiras, nomeadamente produtores, indústria transformadora e redes de distribuição e comercialização.
- Apostar no desenvolvimento de fileiras estratégicas para a região, seja pelas suas condições naturais de produção seja pela sua localização face aos mercados consumidores (hortofloricultura, fruticultura, avicultura, suinicultura).
- Promover o aumento da adesão dos agricultores às medidas agro-ambientais e em particular a reconversão produtiva dos sistemas convencionais para sistemas de produção alternativos (“Modo de Produção Biológico”) ou de produção integrada (“Modo de Produção Integrada”), geradores de produtos diferenciados e de qualidade.

Floresta. A protecção e gestão sustentável dos recursos florestais – assentes numa silvicultura multifuncional, capaz de satisfazer as necessidades presentes e futuras da comunidade e de apoiar modos de vida

ligados à floresta –, permitirão tirar partido dos inúmeros benefícios que a floresta pode proporcionar quando explorada de forma sustentável. Abrangida pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste, a floresta do concelho é dotada de um alto potencial produtivo e desempenha também importantes funções de protecção, de conservação e de recreio e lazer. Além disso, o peso e a tradição da actividade cinegética na região conferem à floresta um relevante papel na consolidação de tradições e valores culturais, nomeadamente gastronómicos.

Neste enquadramento, promover a gestão sustentável da floresta supõe:

- Diminuir o risco de incêndio e os seus danos, nomeadamente através da elaboração e implementação de um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios que contemple, entre outras medidas: campanhas de sensibilização das populações em geral e da população escolar em particular para a necessidade da prevenção; medidas de restrição de acessos aos espaços florestais em dias de maior risco; compartimentação dos povoamentos florestais com espécies menos vulneráveis ao fogo; utilização do fogo controlado para diminuição da carga combustível nos espaços florestais; beneficiação dos pontos de água e da rede viária de acesso aos espaços florestais.
- Promover uma gestão florestal de qualidade, abrangendo as mais diversas operações de intervenção nos espaços florestais, desde a arborização à exploração, nomeadamente, visando a profissionalização da gestão florestal através da promoção do associativismo florestal e do incentivo à formação de ZIF (Zonas de Intervenção Florestal) nas áreas de maior fragmentação da propriedade; o desenvolvimento de Planos de Gestão Florestal (PGF); a divulgação da Gestão Florestal Sustentável e a sua certificação; o aumento da produtividade, através da melhoria da qualidade técnica e genética dos povoamentos existentes e da conversão dos povoamentos mal instalados (áreas de monocultura de pinheiro e eucalipto); a diversificação da composição dos espaços florestais, nomeadamente, recorrendo a espécies autóctones; a promoção do mecenato ambiental em áreas de conservação nos espaços florestais.
- Recuperar os espaços florestais degradados, nomeadamente estimulando a reflorestação das zonas florestais degradadas e a recu-

peração das áreas ardidas, com base em práticas silvícolas adequadas e desenvolvendo um plano de redução de lixos e entulhos na floresta.

- Melhorar a gestão dos terrenos de caça, harmonizando a actividade cinegética com os outros usos do solo, em parcerias envolvendo os órgãos da administração central e local, as organizações de caçadores e de produtores florestais e agricultores, nomeadamente através do desenvolvimento de modelos de gestão cinegética sustentável e da adopção de sistemas de certificação cinegética; monitorização e controlo do estado sanitário das espécies cinegéticas; realização regular de censos das principais espécies cinegéticas e de estatísticas fiáveis dos abates; erradicação da caça furtiva, através da fiscalização dos actos venatórios; estratégia de promoção e *marketing* dos produtos cinegéticos, nomeadamente incluindo a actividade cinegética nos pacotes turísticos da região.
- Melhorar e racionalizar a oferta dos espaços florestais na área do turismo e do lazer e ordenar os espaços florestais de recreio, propiciando a frequência da floresta pelos cidadãos, como local de desenvolvimento de actividades desportivas, recreativas e de lazer, através da melhoria da qualidade paisagística dos espaços florestais, nomeadamente pela compartimentação das áreas de monocultura de pinheiro e eucalipto com outras espécies; da compatibilização entre a floresta e as actividades de recreio (monitorização da pressão humana nos espaços florestais, respeitando a sua capacidade carga; elaboração e divulgação de um código de conduta para a fruição dos espaços florestais de lazer); da melhoria das condições de usufruição dos espaços florestais de recreio (criação e manutenção de parques de merendas; de infra-estruturas desportivas que promovam a prática de desporto de natureza, radicais e de orientação; ciclopistas e caminhos pedonais que promovam o contacto directo com a natureza); a par da implementação de campanhas de educação e sensibilização da população para a floresta visando, em especial, a valorização dos espaços florestais de maior interesse paisagístico, ambiental e de conservação.

Indústria. Entre as indústrias com importância económica no município existem casos de referência a nível nacional – SPAL e VALBOPAN –, tanto em termos de inovação, como de investigação e desenvolvimento

e ainda de acumulação de *know-how* específico à actividade, cuja manutenção a nível regional importa assegurar e, em simultâneo, estimular a sua disseminação. Neste sentido constituiria um instrumento relevante a criação de um Centro de Saber em porcelana e faiança:

- Quanto à forma de estruturação, deverá: resultar da cooperação estreita entre as várias indústrias de porcelana e faiança existentes na Região; estabelecer parcerias com instituições de ensino, centros tecnológicos, laboratórios e centros de investigação para apoio e suporte às actividades do Centro; estabelecer redes de cooperação/colaboração com Centros similares existentes noutras regiões europeias com tradição nas áreas da porcelana e faiança, de que são exemplo Valência (Espanha), Limoges, Nord-pas de Calais e Wallonia (França), Shannon (Reino Unido) ou Tampere (Finlândia); contar com o empenho das autoridades locais, nomeadamente da Câmara Municipal, enquanto promotoras e dinamizadoras do projecto junto das empresas e outras organizações de suporte a envolver no projecto; facilitadoras do diálogo e interacção entre as empresas e entre estas e as organizações de suporte; bem como, facilitadoras dos meios logísticos e dos procedimentos burocrático-administrativos necessários à implantação do Centro, e dinamizadoras da efectiva operacionalização da Área de Localização Empresarial.
- Quanto ao funcionamento, poderá: prestar serviços de suporte ao processo produtivo das empresas da fileira da porcelana e faiança, seja porque dispõe de condições próprias para o fazer, ou pela via do estabelecimento de protocolos de colaboração com centros e laboratórios habilitados para o efeito. Entre esses serviços, destacam-se ensaios de produtos, análises de materiais, testes de novos materiais e matérias-primas e monitorização ambiental; e ainda, desenvolver actividades de suporte à inovação, de produtos e de processos, com interesse para as empresas da fileira da porcelana e faiança, em áreas como Design de produtos, concepção e desenvolvimento de novos modelos, produtos e padrões decorativos, desenvolvimento de novas técnicas de pintura, inovação dos processos produtivos, controlo de qualidade; acompanhar as tendências do mercado, as alterações de gostos, as novas exigências e necessidades dos consumidores de produtos de porcelana e

faiança. Este tipo de serviço é fundamental às empresas para uma correcta e atempada definição da estratégia de diversificação de produtos existentes e de desenvolvimento de novos produtos e novas funcionalidades; formar recursos humanos de qualidade em áreas ligadas à fileira da porcelana e faiança. Os planos de formação devem ser estabelecidos em conjunto com as empresas e em função das suas necessidades de qualificação de mão-de-obra.

- Promoção de uma imagem de excelência para a Região nas áreas da porcelana e faiança, actuando a dois níveis, turístico: aliar aos programas e roteiros turísticos da Região o elemento “rota da porcelana e faiança”, criando assim mais uma fonte de atracção turística: visitas a fábricas, demonstração das técnicas de fabrico e decoração, visitas a *show rooms* de produtos de porcelana e faiança...; Junto dos agentes económicos empresariais, nomeadamente empresas nacionais e estrangeiras ligadas à fileira da porcelana e faiança, apresentando as mais valias da Região para a fixação de actividades económicas desta fileira. Para tal deve privilegiar-se divulgação através dos canais de promoção dos organismos públicos de promoção da actividade económica como o ICEP/API e o IAPMEI.
- Disseminação do conhecimento e saber acumulado por este Centro para as restantes actividades económicas, sobretudo as directas ou indirectamente ligadas ao turismo, como sejam a restauração, o alojamento e o comércio. Para este efeito são especialmente relevantes as valências do Centro em matéria de apoio à implementação de programas de qualidade, de definição de estratégias de promoção e *marketing*, de apoio ao desenvolvimento e lançamento de produtos e serviços inovadores, de *design* de interiores e de sinalética dos estabelecimentos, ou de apoio na antecipação e acompanhamento das tendências e gostos da procura.

Pesca. A promoção e o desenvolvimento dos sectores económicos ligados directamente ao mar, com vista à sua contribuição para o crescimento económico e do emprego, incluindo a pesca e a aquacultura, a construção e a reparação naval, e os recursos energéticos devem ser objecto de uma exploração sustentável e em parceria com as políticas de ambiente. No conjunto destas actividades, o sector da pesca merece destaque.

A reduzida capacidade competitiva das empresas do sector das pescas, tanto pela sua pequena dimensão, como pela fraca aposta nos

factores de competitividade e, em particular, na gestão e na formação, aliada à vulnerabilidade de alguns *stocks* de pescado e à necessidade de ajustamento das possibilidades de pesca têm contribuído para fragilizar as potencialidades económicas e de criação de emprego desta actividade. Na Nazaré conjugam-se, todavia, vários factores que podem contribuir para um desenvolvimento selectivo e altamente rendível da indústria da pesca: existência de mercado local (sector turístico, com elevado consumo de pescado), o que sustenta uma captura largamente destinada ao consumo humano no imediato; boas aptidões e capacidade dos profissionais adquiridas pela experiência, com domínio de técnicas tradicionais e artesanais para mercados de qualidade; existência de recursos diversificados e com valor comercial, bem como de porto de pesca e de abrigo. Complementarmente, existem condições naturais para o desenvolvimento da aquacultura.

De forma a promover a competitividade das empresas num quadro de adequação aos recursos disponíveis e exploráveis, a reforçar, inovar e diversificar a produção aquícola e a assegurar o desenvolvimento sustentado da Nazaré, enquanto comunidade piscatória, importa:

- Promover amplamente a divulgação das oportunidades do Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007-2013, em especial os apoios específicos para a pequena pesca costeira, os apoios à aquisição da primeira embarcação de pesca usada por jovens pescadores, os apoios à substituição de artes de pesca e aquisição de equipamentos, nomeadamente que contribuam para assegurar uma pesca mais selectiva e amiga do ambiente e reduzam o impacto nos ecossistemas e nos fundos marinhos; e ainda a reafecção de embarcações de pesca para outros fins, designadamente actividades de turismo, e a melhoria e modernização dos equipamentos do porto de pesca e do porto de abrigo.
- Valorizar e dignificar o capital humano e as profissões do sector da pesca, estimulando o reforço das suas competências profissionais, nomeadamente através de um programa de informação, divulgação e dignificação das “profissões do mar” junto da comunidade, em particular da população jovem.
- Promover a melhoria das unidades de produção, através da inovação organizativa e funcional (gestão, comercialização e *marketing*, qualidade, novas tecnologias) e da divulgação do conhecimento

científico e técnico, bem como a melhor organização dos circuitos/cadeia desde a produção até à comercialização do pescado.

- Incentivar a criação da marca “Peixe da Nazaré” valorizando economicamente as espécies pescadas.
- Promover estudos de viabilidade económica e de impacto ambiental, sobre a actividade aquacultura na zona da Nazaré, nomeadamente de *cultura* de espécies marinhas já largamente existentes em Portugal, como o robalo, a dourada, o pregado, o salmão, o camarão e a amêijoia, e ainda de espécies de águas continentais como o meixão, espécie de elevado valor comercial; e também a *cultura* de novas espécies ainda pouco ou nada exploradas em Portugal, como o linguado, a solha, o pargo, a lagosta, o lavagante, as vieiras, a orelha-do-mar, os ouriços, as algas e microalgas (estas duas últimas para a indústria alimentar e farmacêutica).
- Reforçar a implementação dos recifes artificiais como instrumento de regeneração dos *stocks* marinhos.
- Estimular o melhor uso dos recursos, diversificando as técnicas e métodos de produção aquícola e incentivando e promovendo a produção de qualidade.
- Promover parcerias privadas de inter-ligação do sector das pescas com a restauração e o turismo, através da promoção da gastronomia tradicional das comunidades piscatórias, numa lógica de excelência e qualidade.

A concluir

- O actual contexto do município da Nazaré exige uma aposta decisiva e exigente na inovação, na qualidade e na qualificação dos recursos humanos. A inovação baseia-se na melhoria contínua dos processos e implica não só a necessidade de aumentar o conhecimento individual, mas também o desenvolvimento do conhecimento colectivo. O que significa que a inovação nem sempre implica «alta tecnologia», mas antes a incorporação de novos conhecimentos e o desenvolvimento de novos produtos e processos, designadamente nos sectores de actividade tradicionais. É precisamente neste sentido que na Nazaré deve ser orientada

a inovação, como instrumento para assegurar a continuidade da presença e da actividade das famílias, dos jovens e das empresas nos sectores económicos tradicionais: pesca e actividades ligadas ao mar, turismo, produção agro-florestal. Para tanto, há que promover uma cultura de exigência da qualidade, de aprendizagem permanente, de fomento da participação e de criatividade. A aposta na qualidade implica que se produzam melhores produtos e que se prestem melhores serviços, o que supõe a qualificação do trabalho. A promoção da qualidade do trabalho, visando melhores empregos, é, sobretudo, um instrumento para estimular a atractividade do trabalho. Só assim poderá ser assegurada a transição efectiva dos jovens para a vida activa, a absorção de desempregados e a mobilidade entre sectores, através do aumento da produtividade e do acréscimo dos padrões de qualidade de vida. Essencial à inovação e à qualidade é a qualificação dos recursos humanos, importando actuar não só nos mais jovens, mas também procurando meios de promover a competência e a competitividade dos menos jovens, apostando na aprendizagem ao longo da vida.

- Numa estratégia de desenvolvimento sustentável, a governação e a dinâmica de inovação social são também factores cruciais, constituindo um estímulo poderoso do potencial de desenvolvimento local. A governação, isto é, o modo (conjunto de regras, processos e práticas) como a sociedade, colectivamente, resolve os seus problemas e satisfaz as suas necessidades, constitui o núcleo essencial para conciliar a prosperidade económica, a coesão social e a qualidade do ambiente. A boa governação apela simultaneamente às instituições públicas e privadas, às empresas, à sociedade civil e aos cidadãos individualmente considerados. A valorização do património cultural que o mar representa para a Nazaré, incluindo o património cultural subaquático, o estabelecimento de uma relação criadora e criativa e a difusão de uma ética de protecção ambiental em torno do mar são algumas das iniciativas de governação e inovação social que podem afirmar a Nazaré no futuro. A densidade e a riqueza do presente e o significado do futuro de uma comunidade são herança da riqueza de uma tradição, assumida como espaço comum de pertença. Só tem presente e futuro quem tem passado.